



crpm



Parecer da Mesa Política da Comissão Arco Atlântico da CRPM

Resposta à consulta da CE relativa ao Livro Verde sobre «A coesão territorial: Transformar a diversidade territorial numa força»

Esta contribuição, coordenada pela Comissão Arco Atlântico, é fruto de um trabalho de colaboração entre regiões, municípios, universidades, meios socioprofissionais¹ e câmaras de agricultura do Arco Atlântico. Os interlocutores atlânticos desejam aproveitar a oportunidade do Livro Verde para afirmar o carácter prioritário do objectivo de coesão territorial e a sua vontade de ver este conceito traduzido em medidas concretas.

- À semelhança da coesão económica e social, a coesão territorial deve tornar-se um objectivo prioritário da UE e aplicar-se ao conjunto das políticas europeias presentes e futuras.

- O reconhecimento do objectivo de coesão territorial anda de mão dada com a prossecução de uma política de coesão ambiciosa após 2013. O Livro Verde insiste fortemente na cooperação como um instrumento privilegiado - mas não exclusivo - para alcançar este objectivo. Neste contexto, os interlocutores atlânticos consideram que, na continuidade das primeiras experiências realizadas neste domínio, conviria prosseguir as iniciativas para transformar os territórios da cooperação (transnacionais, transfronteiriços) em verdadeiros espaços de aplicação das políticas europeias assentes em planos de acção concretos. Trata-se de uma abordagem fundamental para os espaços marítimos que integram diferentes entidades.

- O Livro Verde abre várias possibilidades de trabalho como a governação, o impacto territorial das políticas da União, etc. Os interlocutores atlânticos entendem, pois, que se trata de uma primeira etapa necessária que não pode ficar apenas no papel. Apelam, pois, a que seja seguida por uma etapa de concretização das propostas sob a forma de um Livro Branco.

¹ Os meios socioprofissionais, por intermédio da RTA, participaram activamente nos debates e nos trabalhos que resultaram nesta contribuição. O presidente desta rede de meios socioprofissionais atlânticos aprova e subscreve este documento. No entanto, a contribuição só será oficialmente aprovada uma vez reunidas as instâncias decisórias da RTA.

INTRODUÇÃO

1. Os interlocutores atlânticos **saúdam a publicação do Livro Verde sobre a coesão territorial**. O Arco Atlântico esforça-se há vários anos pelo reconhecimento deste conceito entre os objectivos da União Europeia e, nomeadamente, pela sua inscrição no Tratado de Lisboa.

2. A coesão territorial encontra eco na actualidade. Precisamente quando os cidadãos europeus se interrogam sobre as prioridades e a razão de ser da União Europeia, a crise económica vem afectar a população e os territórios europeus com mais ou menos intensidade. **O momento é, pois, propício para reafirmar a força dos valores de coesão e de solidariedade inscritos no projecto europeu.**

3. O debate sobre a coesão territorial inscreve-se numa reflexão mais vasta sobre as orientações das futuras políticas da União Europeia. Por conseguinte, para que a consulta lançada pelo Livro Verde surta propostas concretas, os interlocutores atlânticos associam-se ao Comité das Regiões, ao Parlamento Europeu e à CRPM para apelar à prossecução do debate sobre a coesão territorial mediante a **publicação de um Livro Branco**.

4. **A política de coesão** é o instrumento privilegiado da União Europeia para cumprir o objectivo de coesão territorial. Uma série de imperativos resulta desta constatação:

- A política de coesão deve **aliar a coesão económica, social e territorial a um desenvolvimento competitivo e sustentável** da UE.
- Deve dirigir-se **prioritariamente às regiões mais pobres e afectadas por desvantagens, tem por vocação apoiar o conjunto das regiões e dos municípios** para acompanhar o seu desenvolvimento e pôr em prática a sua estratégia para o futuro.
- O Livro Verde consagra um capítulo à cooperação territorial. Os interlocutores atlânticos reconhecem **a importância da cooperação territorial para alcançar o objectivo de coesão territorial** e, por esse motivo, consideram que convém conferir **uma dimensão reforçada** a esta cooperação.
- Perante os desafios económicos, ambientais, energéticos ou demográficos que, a médio prazo², os territórios europeus terão de vencer, o reconhecimento e a realização do objectivo de coesão territorial exige necessariamente uma **política de coesão ambiciosa após 2013**.

5. Sem pretender dar uma definição exaustiva, os interlocutores atlânticos insistem no presente documento nos grandes princípios inerentes ao conceito de coesão territorial:

- Faz referência à noção de **solidariedade entre os diferentes escalões do território**. Pressupõe uma redução das disparidades de desenvolvimento entre as regiões (tanto a nível europeu como nacional) bem como nas regiões (entre os territórios infra-regionais e dentro destes) e nos municípios, em prol de um desenvolvimento equilibrado e sustentável do território europeu. **A coesão territorial pressupõe mecanismos de perequação tanto orçamentais, como legislativos ou fiscais.**
- Remete para uma **igualdade de acesso aos serviços e oportunidades do cidadão europeu com o mesmo grau de qualidade, independentemente da sua situação geográfica** (infra-estruturas de transporte, educação e cultura, saúde, protecção do ambiente, energia, água, etc.). Um território coeso é ligado por fluxos de pessoas, bens, serviços, informações e conhecimentos que permitem uma forte capacidade de adaptação às mudanças e às eventuais crises susceptíveis de o afectar. Neste contexto, **a importância do critério de acessibilidade na sua aceção mais lata**

² "Regions 2020: An assessment of future challenges for EU regions" – Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão - SEC (2008) 2868 final - 14 de Novembro de 2008

(transporte, tecnologia da informação e comunicação, serviços de interesse geral) é, por isso, primordial.

- A coesão territorial põe a tónica na **diversidade e nos pontos fortes dos territórios** que é necessário explorar para desenvolver a sua competitividade.
- O conceito de coesão territorial assume uma importância primordial para o Arco Atlântico: os cenários mais optimistas que privilegiam a coesão em detrimento da competitividade atestam que uma maioria de regiões da fachada atlântica permanecerá à margem da parte da UE que tem melhores resultados económicos, e cujo centro de gravidade tende a deslocar-se para Leste do continente europeu. Perfila-se, pois, um risco palpável de marginalização para este Finisterra europeu³.

Aplicando este último aspecto ao espaço atlântico, a realização do objectivo de coesão territorial poderia traduzir-se no trinómio «Maritimidade-Governança-Territorialidade».

I - PARA UMA POLÍTICA MARÍTIMA VECTOR DE COESÃO TERRITORIAL

6. O espaço atlântico estriba o seu desenvolvimento na relação fundamental com o mar. **O oceano constitui em primeiro lugar uma vantagem** para o desenvolvimento económico deste espaço. Assim, quer sejam tradicionais, como a pesca, ou emergentes, como as energias renováveis, uma parte não despendida das actividades atlânticas depende mais ou menos directamente do mar.

O litoral atlântico mantém-se relativamente preservado e é reconhecido pela sua qualidade de vida, factor de atractividade. No entanto, as suas costas são cada vez mais vulneráveis, por força de vários factores: o aquecimento climático, a destruição do litoral decorrente da pressão da urbanização, a degradação do ambiente costeiro por poluições acidentais com derrames de produtos pesticidas, químicos ou petrolíferos.

7. **O carácter marítimo do espaço atlântico representa igualmente um desafio.** Sem uma acção determinada, os fenómenos associados à alteração climática acarretarão uma reestruturação das actividades económicas em detrimento das zonas marítimas e uma degradação dos ecossistemas marinhos. O desenvolvimento de actividades ligadas ao mar deve, pois, fazer-se coordenadamente. Para tanto, investigadores, marítimos e decisores precisam de encontrar respostas comuns e levar a cabo políticas e projectos coerentes para preservar o equilíbrio marinho e costeiro do espaço atlântico. **A Comissão Arco Atlântico trabalha neste sentido, associando, nomeadamente, os meios científicos e económicos regionais aos seus trabalhos sobre investigação marinha e marítima.**

O **transporte** é igualmente uma questão preponderante tendo em conta o **carácter periférico do espaço atlântico** ou da **segurança marítima**, sem esquecer as **infra-estruturas portuárias e a multimodalidade** que devem dar vazão a um tráfego em constante evolução.

Os interlocutores atlânticos felicitam-se pela criação de uma política marítima integrada da UE. Ela dá uma resposta inovadora procurando conciliar interesses por vezes divergentes. O reconhecimento do objectivo de coesão territorial deve contribuir para consolidar esta política em construção. Neste contexto, há que envidar esforços no domínio da governação. **Consciente deste desafio, a Comissão Arco Atlântico pretende estreitar as suas relações com a autoridade de gestão do programa de cooperação Espaço Atlântico e com a Comissão Europeia a fim de definir objectivos políticos ambiciosos para este espaço.** Estes objectivos materializar-se-ão numa política marítima integrada e na realização de projectos estruturantes necessários ao desenvolvimento do espaço atlântico

³ European Spatial Planning Observation Network (ESPON) (2006), *Spatial Scenarios and Orientations in relation to the ESDP and Cohesion Policy* ESPON Project 3.2.1., Final Report, Executive Summary, p. 46 http://www.espon.eu/mmp/online/website/content/projects/260/716/file_4015/fr-3.2_final-report_vol1.pdf

II- UMA MELHOR GOVERNAÇÃO, GARANTIA DE INTEGRAÇÃO EQUILIBRADA DOS TERRITÓRIOS

Os interlocutores atlânticos acolhem com satisfação o lugar reservado à governação no Livro Verde, lamentando, porém, que este tema não seja mais desenvolvido. Com efeito, a União Europeia tem um papel importante a desempenhar para ajudar a **definir os mecanismos de uma governação territorial eficaz** que seja simultaneamente multi-sectorial e multinível:

A governação multi-sectorial

8. O objectivo de coesão territorial tem de integrar o carácter transversal de certas temáticas. Como tal, a Comissão Europeia deve dar o exemplo mediante a participação das suas diferentes Direcções-Gerais como o fez na elaboração da estratégia para o Mar Báltico. Os interlocutores atlânticos sugerem que, na continuidade do Livro Verde, **este tipo de iniciativas se multiplique em todo o território europeu, nomeadamente à escala do espaço atlântico**, para alimentar as reflexões já em curso sobre as **futuras políticas europeias pós-2013**.

9. A promoção da governação é um tema prioritário no espaço atlântico. É, com efeito, uma garantia de eficácia, de legitimidade democrática e de melhor visibilidade das políticas europeias. **Os interlocutores atlânticos (regiões, municípios, meios socioprofissionais, universidades e câmaras de agricultura) privilegiam, por conseguinte, a concertação a favor de um desenvolvimento estratégico e integrado do espaço atlântico**. Este diálogo permanente manifesta-se não só a nível político, mediante objectivos partilhados e tomadas de posição comuns, mas também a nível técnico, através da criação de grupos de trabalho comuns et de projectos de cooperação.

A governação multinível

10. O objectivo de coesão territorial não poderá ser atingido sem uma **mobilização e uma acção concertada de todos os interlocutores** desde o escalão local ao escalão europeu.

11. Muito amiúde as autarquias regionais e locais têm de gerir no seu território o impacto das políticas da UE, cujos efeitos se opõem por vezes à coesão territorial. Os interlocutores atlânticos consideram, por conseguinte, que a UE deve **associar sistematicamente os diferentes níveis de tomada de decisão** à elaboração e realização das políticas europeias.

12. Quanto à utilização dos fundos estruturais, os interlocutores atlânticos propõem que sejam criados **mecanismos de colaboração entre os diferentes escalões locais, regionais e nacionais nas fases de elaboração, de acompanhamento e de avaliação dos programas operacionais**.

III - A NECESSIDADE DE UMA NOVA AMBIÇÃO PARA A COOPERAÇÃO TERRITORIAL

13. A **cooperação territorial**, nomeadamente transnacional, permite conferir um verdadeiro **valor acrescentado** em termos de intercâmbio de experiências e de boas práticas. O espaço atlântico é, com efeito, um espaço privilegiado de cooperação no qual uma rede de interlocutores competentes se estruturou ao longo dos anos e permitiu contribuir para o desenvolvimento de projectos pertinentes (ver anexo 1).

14. Mas a realização do objectivo de coesão territorial passa também por uma **abordagem renovada e mais ambiciosa da cooperação territorial** que transpõe o simples intercâmbio de experiências ou a transferência de boas práticas. Neste contexto, os interlocutores atlânticos apelam a:

- Conceber a cooperação territorial de modo **estratégico e integrado**. À escala atlântica, tal passa por uma reflexão sobre os desafios de desenvolvimento para o território, a escala de governação

e os sectores abrangidos, as acções concretas a realizar. Um outro desafio é a melhoria das **sinergias com as políticas de desenvolvimento territorial definidas a nível europeu, nacional, regional e local**. Por fim, os programas de cooperação territorial devem estabelecer uma relação com o *mainstream* da política de coesão a fim de contribuir para a consagração do princípio da coesão territorial.

- Repensar as regras de **parceria** na execução dos programas de cooperação territorial: tal passa por uma associação sistemática dos diferentes escalões de governação a partir da fase de elaboração, de uma participação acrescida das entidades públicas nacionais para encadear as abordagens *bottom-up* e *top-down* e permitir uma participação mais vasta de entidades privadas.
- Considerar as experiências piloto que integram esta abordagem orientada para acções mais concretas e estruturantes. Os interlocutores atlânticos convidam a Comissão Europeia a actuar para amplificar e alargar estas iniciativas. De facto, constituem pistas de reflexão para delinear os contornos **da futura cooperação territorial europeia no âmbito da qual os espaços de cooperação transnacional ou transfronteiriça se poderiam transformar em verdadeiros espaços de aplicação das políticas europeias**. À escala atlântica, certas temáticas de envergadura transnacional, como a política marítima (segurança marítima, GIZC, investigação marinha e marítima, etc.), a alteração climática, a energia, os transportes, o desenvolvimento da sociedade do conhecimento, etc., poderiam pretender beneficiar de tal abordagem.
- Na medida em que as reflexões apresentadas deverão contribuir positivamente para a coesão territorial, os interlocutores atlânticos desejam que estas ideias sejam incorporadas e desenvolvidas no Livro Branco a que apelam.

IV - ANTEPOSIÇÃO DO CARÁCTER IMPERATIVO E TRANSVERSAL DA COESÃO TERRITORIAL AO CONJUNTO DAS POLÍTICAS EUROPEIAS

15. O papel da política de coesão não é o de corrigir os desequilíbrios causados pela aplicação das demais políticas da UE. Por isso, o **objectivo de coesão territorial deve aplicar-se ao conjunto das políticas sectoriais da UE, a partir da sua formulação e em todas as etapas de realização**.

16. Esta escolha pressupõe poder avaliar o efeito das políticas sectoriais no desenvolvimento dos territórios. Por outro lado, há que ter em conta as limitações e as especificidades dos territórios na definição das políticas europeias. **Por isso, os interlocutores atlânticos desejam que a sua realização seja sistematicamente acompanhada de estudos de impacto territorial**. Ademais, é imperativo desenvolver indicadores rigorosos e comparáveis que permitam uma análise à escala europeia a fim de identificar as novas realidades territoriais (por exemplo, o desenvolvimento de aglomerações urbanas policêntricas). Neste contexto, importa frisar a qualidade dos trabalhos do programa ESPON que merecem ser alargados.

17. Além disso, as políticas sectoriais são executadas, muito amiúde, isoladas umas das outras quando deveriam ser **articuladas entre si para assegurar uma melhor coesão territorial**.

18. Exemplos de políticas com forte impacto territorial para o espaço atlântico:

- **Transportes, tecnologias da informação e comunicação (TIC) e serviços de interesse geral (SIG)**: a questão da coesão territorial deve estar no centro destas três políticas porque são um vector do desenvolvimento equilibrado e do acesso aos serviços em todo o território europeu e, sobretudo, nos territórios periféricos e de fraca população. A título de exemplo, os interlocutores atlânticos desejam que, na perspectiva da revisão das RTE-T, o objectivo de coesão territorial seja sistematicamente integrado.
- **Investigação e inovação**: o espaço atlântico não figura globalmente entre as regiões mais competitivas à escala europeia se bem que conte com centros importantes de investigação e de inovação. Apesar disso, este espaço dispõe de muitas vantagens ligadas à investigação

marinha e marítima, às TIC, ao sector agroalimentar, às energias renováveis, etc. Além disso, o espaço atlântico acolhe um tecido orgânico inovador que, embora não tenha envergadura mundial, não deixa de contribuir para o dinamismo do seu território. **Assim sendo, os interlocutores atlânticos estimam que as políticas de investigação e inovação não devem cingir-se às entidades ou regiões mais avançadas num domínio mas dirigir-se ao conjunto do território europeu.** Devem igualmente valorizar o potencial de todos os territórios europeus. Por fim, **a inovação ultrapassa uma mera aceção tecnológica, devendo ser apreciada nas suas múltiplas abordagens (marketing, eco-inovação, social, criatividade, etc.).** Convém, por isso, apoiar o desenvolvimento de um ambiente inovador a nível local e regional que favoreça esta abordagem múltipla.

- **Energia-Clima:** no litoral ou no interior, a alteração climática afectará todo o espaço atlântico. Por conseguinte, a adaptação e a luta contra a alteração climática vão exigir uma implicação forte de todos os interlocutores no território. Perante a subida dos custos da energia e a exaustão dos recursos fósseis, um outro desafio reside no aprovisionamento equilibrado do território atlântico. Neste contexto, o espaço atlântico tem várias vantagens e, nomeadamente, um forte potencial em matéria de energias renováveis marinhas, solares, etc. As autarquias regionais e locais devem, por conseguinte, intervir para valorizar este potencial em prol de um desenvolvimento sustentável dos territórios.
- **Relação entre o meio urbano e rural:** o espaço atlântico caracteriza-se simultaneamente por uma proporção significativa de territórios rurais, frequentemente situados no interior, e por uma maioria de cidades de média dimensão, que cobrem o território de modo relativamente homogéneo. Se as dinâmicas territoriais variam de uma região para outra, confrontam-se, na sua grande maioria, com uma diminuição da população e com o seu envelhecimento, quando, pelo contrário, as zonas urbanas tendem a alargar-se. Além disso, se a agricultura continua a ocupar um lugar importante no espaço atlântico, o seu peso relativo diminuiu, ao mesmo tempo que aumentam as actividades de serviços. Neste contexto, a PAC, principal política destinada ao mundo rural, tende a favorecer a marginalização dos espaços onde a produção agrícola é pouco rentável. Assim, as ajudas directas favorecem certas culturas ou territórios contribuindo para um tratamento desigual dos agricultores. **Por conseguinte, na perspectiva de uma reforma da PAC após 2013, a inclusão do objectivo de coesão territorial deve fazer reconsiderar esta política reforçando a integração da dimensão territorial. A regionalização das ajudas, advogada pela CRPM, pode permitir ir ao seu encontro.**

Por outro lado, cada pólo urbano desempenha simultaneamente um papel de catalisador e de força de atracção a favor do desenvolvimento económico do espaço atlântico mas oferece igualmente os serviços necessários aos espaços rurais envolventes em matéria de saúde, educação, serviços sociais, culturais, etc. **Esta estrutura urbana de natureza policêntrica constitui, por conseguinte, uma vantagem que deve ser fortalecida melhorando a oferta de transporte entre estas cidades ou apoiando o seu potencial em matéria de I&D e de inovação.** A União Europeia tem neste contexto um papel determinante a desempenhar.

ANEXOS

Anexo 1: Exemplos de projectos de colaboração realizados no âmbito do programa Interreg IIIB Espaço Atlântico

1 - EDEA (Esquema de Desenvolvimento do Espaço Atlântico)

Este estudo tem por vocação a elaboração de um esquema de desenvolvimento policêntrico do espaço atlântico. Com base num diagnóstico e numa análise das tendências de evolução socioeconómica, demográfica e ambiental deste espaço, o objectivo consistia em:

- Identificar um conjunto de propostas estratégicas, destinadas a orientar as políticas e estratégias regionais e europeias, a favor de uma melhor estruturação da fachada atlântica e de uma maior coesão dos seus territórios.
- Identificar as temáticas de cooperação de interesse comum para as regiões atlânticas e os grandes projectos ditos «estruturantes» para o período pós-2006.

Resultados: Este projecto reuniu um grande número de parceiros já que, paralelamente aos peritos dos cinco Estados do espaço atlântico, participaram entidades institucionais (autarquias regionais e locais, através da Comissão Arco Atlântico da CRPM e da Conferência das Cidades do Arco Atlântico) e socioeconómicas (universidades e centros de investigação, Conselhos Económicos e Sociais Regionais por intermédio da RTA, administrações portuárias, empresas, etc.). Este trabalho de cooperação deu lugar à publicação do estudo intitulado «Esquema de desenvolvimento do espaço atlântico».

2 - REGINA (criação de uma parceria sustentável para a gestão do conhecimento regional científico, tecnológico e de inovação no espaço atlântico)

O objectivo geral do projecto é estabelecer as bases necessárias para se tornarem regiões de excelência (regiões que demonstrem eficiência para a competitividade, o crescimento económico, o desenvolvimento sustentável e a coesão social através da implementação de uma metodologia comum para a gestão do conhecimento regional científico, tecnológico e de inovação). O projecto identifica cinco objectivos principais.

Resultados: O projecto permitiu identificar «nichos» de interesse comum para desempenhar um papel «motor» ao nível da ciência, da tecnologia e da inovação. Foi elaborado um sistema de informação geográfica das classes de desempenho em matéria de inovação. Foram igualmente realizadas acções para favorecer a inscrição do espaço atlântico no Espaço Europeu da Investigação. Quando terminado, o REGINA deve contribuir para fazer figurar as regiões do espaço atlântico entre as «regiões de excelência» em termos de desenvolvimento socioeconómico e de coesão social, estimular a integração das PME nos programas e nas redes de cooperação nos domínios da investigação, da inovação e da transferência de tecnologia.

3 - VALBIOMAR (Valorização Biotecnológica dos Recursos Marinhos) - www.valbiomar.org

Este projecto visa criar uma plataforma atlântica de competências no domínio da valorização biotecnológica dos recursos vivos marinhos e dinamizar as relações entre laboratórios e pequenas e médias empresas (PME) para que produzam acções concretas de cooperação e desenvolvam novas actividades. O objecto principal de VALBIOMAR incide na optimização das operações de transformação das matérias-primas e de criação de subprodutos (alimentação animal e humana, cosmética, saúde). O projecto contribui igualmente para uma diversificação das actividades derivadas da pesca e da aquicultura no âmbito estrito da gestão sustentável dos recursos naturais marinhos graças a uma melhor utilização destes.

Resultados: O projecto permitiu uma transferência dos conhecimentos teóricos e práticos dos laboratórios para as empresas agroalimentares e da fileira da pesca para favorecer o desenvolvimento de actividades com forte valor acrescentado (nutricêutica, cosmética). Permitiu, além disso, organizar sessões de formação destinadas às PME acompanhadas por um sistema de aprendizagem à distância sobre as biotecnologias marinhas.

4 - EROCIPS (resposta de emergência em caso de poluição por hidrocarbonetos, materiais inertes ou produtos químicos causada por um acidente de navegação) – <http://www.eroצים.org>

O objectivo deste projecto é formular uma metodologia de comunicação negociável entre as regiões da UE que dispõem de informações pertinentes e os intervenientes e os decisores empenhados em operações de luta contra a poluição das costas após um acidente marítimo. Tal permitiria em caso de incidente/acidente que as regiões atlânticas trabalhassem concertadamente, limitando assim os efeitos prejudiciais no ambiente e na economia.

Resultados: o projecto permitiu criar um sítio Internet que responde a um desafio duplo, destinando-se simultaneamente ao público em geral e aos parceiros. Foi realizado um inventário das zonas ecologicamente importantes onde a circulação é intensa e dos locais onde se encontram os recursos físicos e humanos. Foram elaborados modelos de identificação dos pontos sensíveis do litoral a fim de minimizar e de gerir os riscos de origem marítima. Foram produzidos sistemas e planos de gestão de resíduos, o que dará lugar à redacção de manuais. Por fim, foram elaborados cenários de descarga no mar de hidrocarbonetos a fim de assistir as intervenções de gestão do litoral.

5 - CANTATA (verdadeiro itinerário turístico celta para dinamizar o espaço atlântico)

Este projecto visa favorecer uma repartição mais uniforme do turismo procurando que os visitantes abandonem os locais mais conhecidos a favor de zonas mais periféricas e não exploradas promovendo a identidade cultural. Os dois objectivos do projecto são a valorização do potencial e a melhoria da comercialização.

Resultados: o projecto permitiu realizar entre os parceiros um inventário dos recursos turísticos locais, organizar oficinas práticas destinadas aos operadores de turismo. Cada parceiro centrou-se num aspecto concreto entre a investigação, as oficinas e a formação, o marketing e o desenvolvimento. O projecto revelou-se útil para os parceiros em termos de afluência turística o que os levou a lançar uma segunda fase do projecto (CANTATA 2), que será realizada no âmbito do programa de cooperação Espaço Atlântico.

Anexo 2: Exemplos de boas práticas em matéria de governação à escala atlântica

1- «MAREA: o mar, uma estratégia para as Astúrias»; estratégia marítima das Astúrias

Em relação com a criação da política marítima europeia, as Astúrias, em parceria com o Governo espanhol, os órgãos de poder local, as entidades privadas e a Comissão Europeia, decidiram desenvolver uma política marítima integrada no seu território. Este processo permitiu formular um diagnóstico exaustivo da realidade asturiana em matéria de política marítima e abarcou uma fase de consulta pública. Foi deste processo que emergiu a estratégia marítima asturiana.

Esta estratégia assenta numa identificação clara das responsabilidades entre os diferentes níveis de competência (regional, nacional e europeia) e uma coordenação dos vários sectores envolvidos. Para tanto, foi proposta a criação de um Pacto Territorial Europeu ou acordo tripartido entre as Astúrias, o Estado espanhol e a Comissão Europeia.

Por outro lado, foram fixados diferentes objectivos:

- Ambientais : preservação do litoral e do ambiente marinho;
- Económicos: harmonizar a utilização dos recursos marinhos e costeiros;
- Socioculturais: melhorar a qualidade de vida no litoral;
- Investigação, desenvolvimento e inovação;
- Formação e sensibilização;
- Elaboração de um modelo de gestão pública inovador.

2- Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) Galiza - Norte de Portugal.

Esta iniciativa consubstancia um novo formato de governação multinível. Seguem-se alguns dos objectivos perseguidos pelo AECT:

- Promover o relacionamento transfronteiriço, como instrumento fundamental de transformação dos territórios de fronteira em novos espaços de desenvolvimento;
- Valorizar e promover a competitividade do tecido empresarial da Euro-região, através do conhecimento e da inovação;
- Converter a Euro-região num território mais atractivo impulsionando os sistemas básicos de transporte e acessibilidade e reforçando as sinergias entre crescimento e desenvolvimento sustentável.
- Aumentar a coesão social e institucional da Euro-região Galiza-Norte de Portugal.

3- Carta de parceria regional sobre a demografia médica na Baixa Normandia

A Região, a Urcam (*Union Régionale des Caisses d'Assurance Maladie*) e a URML (*Union Régionale des Médecins Libéraux*) trabalham em parceria sobre as questões de demografia médica desde 2005, a fim de favorecer a instalação de profissionais de saúde nos territórios rurais deficitários em matéria de oferta de cuidados.

Mas a situação actual e as suas consequências para a oferta de cuidados forçaram os parceiros a mobilizar-se e a dar um novo impulso à política lançada desde 2005, ao qual aderiram os representantes do Estado, os Conselhos Gerais, a Agência Regional da Hospitalização, a Direcção Regional de Acção Sanitária e Social (DRASS), os Conselhos Departamentais da Ordem dos Médicos e outros Profissionais de Saúde, a Faculdade de Medicina de Caen, a URBAN (*Union des Remplaçants de Basse-Normandie*), a Delegação Regional de Saúde, etc.

Esta concienzialização, acompanhada de um trabalho de reflexão, a que se seguiu a enumeração dos princípios fundamentais de uma colaboração activa, levou à redacção de uma carta de parceria sobre a oferta de cuidados ambulatorios e a convergência das intervenções de cada parceiro, para facilitar a instalação de pólos de saúde liberais e ambulatorios na Baixa Normandia.

Estão definidos os critérios objectivos de avaliação que permitirão apreciar o sucesso do dispositivo:

- Número de agrupamentos de profissionais de saúde,
- Medida da melhoria da oferta de cuidados primários de saúde nas zonas de intervenção prioritária...

Foram concretizados alguns projectos de agrupamento e o sucesso do dispositivo parece materializar-se dado o número crescente de iniciativas locais interessadas em beneficiar do apoio previsto.

4- Pólo do Mar: pólo de competitividade mundial

O Pólo do Mar da Bretanha associa grandes empresas, PME, laboratórios públicos e privados, universidades e grandes escolas implantadas na Bretanha, bem como entidades públicas regionais e locais. Tem como ambição desenvolver, a partir de tecnologias-chave, produtos e serviços inovadores que terão um impacto real nos mercados internacionais e criarão actividades e empregos.

Os domínios de excelência e os campos de investigação do Pólo do Mar abrangem a segurança técnica e pessoal marítima, as tecnologias submarinas, a engenharia, a reparação e a manutenção naval civil e militar, os recursos energéticos marinhos, fósseis e renováveis, as biotecnologias, a pesca e a aquicultura, o ambiente e a engenharia costeira.

No âmbito do *cluster* marítimo da Bretanha, em ligação com o Pólo do Mar PACA (Provença-Alpes-Côte d'Azur), estes diferentes interlocutores associam as suas competências em projectos de colaboração a fim de satisfazer as crescentes necessidades de segurança técnica e pessoal marítima e de desenvolvimento sustentável.

5- Comissão de Alteração Climática do Conselho do Condado do Hampshire

Esta comissão é composta por autarcas do Hampshire e peritos do Governo britânico, meios de comunicação social, companhias de seguros e outros parceiros com vista à apresentação de propostas concretas para atenuar a alteração climática. As suas recomendações incidem sobre:

- O desenvolvimento do conhecimento para compreender melhor os impactos da alteração climática e as respostas para os mitigar;
- A criação de parcerias a fim de influenciar as políticas e as acções para além do Conselho do Condado;
- A educação e a comunicação para envolver todo o território do Hampshire (órgãos de poder local, entidades privadas, escolas e funcionários da Conselho do Condado do Hampshire);
- A implementação de acções imediatas no âmbito das actividades do Conselho do Condado do Hampshire.